

Itamar cobra reformas ao Congresso

A revisão constitucional de outubro deverá rever as competências e obrigações das diferentes esferas governamentais para garantir a transparência da execução do Orçamento. A recomendação foi incluída pelo presidente Itamar Franco na mensagem que enviou ontem ao Congresso na reabertura do ano legislativo. Na mensagem, o Presidente cita alguns pontos fundamentais que devem ser revistos pelos parlamentares. A mensagem foi lida durante a solenidade de instalação da terceira legislatura do Congresso Nacional, com a presença dos presidentes Humberto Lucena (PMDB-PB) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE), do ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves — que levou a mensagem —, além dos demais membros das mesas da Câmara e Senado.

Itamar considera essencial a reforma do sistema financeiro, especificamente a redefinição da competência e autonomia do Banco Central em sua função de preservar a moeda nacional. O objetivo é dar sustentação ao esforço do Governo em garantir a estabilização econômica.

Na mensagem ele defende a discussão de temas como: o federalismo e a divisão das receitas e dos serviços públicos. Itamar se prendeu principalmente as questões econômicas que envolvem o Governo como as relações entre capital e trabalho, a participação do capital estrangeiro, a reforma agrária e o acesso da população à saúde, educação e previdência. As sugestões do Presidente sobre a reforma constitucional foram incluídas dentro da primeira parte da mensagem que trata da estabilização, crescimento e estratégia social.

Papel do Estado — Segundo deixou claro em sua mensagem, Itamar não pretende abrir mão do “papel regedor” do Estado na economia, “não há que discutir a liberdade dos mercados. Eles devem estar, no entanto, protegidos daqueles que pretendam dominá-los mediante a opressão dos monopólios e a associação de produtores e comerciantes em cartéis”.

Para Itamar, “se o Estado não assume seu papel regedor, os agentes produtivos acabam atuando em anárquicos campos de disputa, tendo como resultado a inflação, o descontentamento dos consumidores, a sonegação fiscal e a desagregação da sociedade nacional”. Entretanto, o

ARNILDO SCHULZ



Lucena passa as tropas em revista, na reabertura solene do Congresso: depois, acenos a reformas e ao pacto

Presidente ressaltou que “a presença do Estado deve limitar-se àquela intervenção necessária a fim de assegurar a leal competição entre os empreendedores, a justa remuneração dos trabalhadores e o direito dos consumidores”.

Itamar usou a mensagem para também reafirmar “o dever do Estado em ter sob seu controle direto setores estratégicos da economia”. Em relação ao programa de privatizações, ele disse que mandou fazer exames técnicos e jurídicos sobre “os processos de alienação de parcelas do patrimônio público” que já estavam em andamento quando assumiu a Presidência da República e também sobre empresas que deviam ser desestatizadas. “Não podemos, em nome de discutível pragmatismo, concordar com a doação de patrimônio construído com o dinheiro, o trabalho e a inteligência do povo brasileiro a grupos privados, nacionais ou estrangeiros. Recusamos o argu-

mento simplista de que é melhor doá-las do que explorá-las. A aceitar tal tese, deveríamos, por elevar dever de justiça, entregar a sua propriedade e a sua gestão aos trabalhadores e técnicos que as fazem funcionar e que não são responsáveis pela eventual incompetência de seus administradores”, afirmou o Presidente.

Corporativismo — Itamar atacou ainda o corporativismo no serviço público e nas estatais. “Durante os últimos decênios, o Estado se afastou de seus deveres fundamentais, que são os de promover o conhecimento, o bem-estar e a segurança dos cidadãos. Ao negar a universalização de tais direitos, permitiu que se formassem, no serviço público e nas empresas estatais, ilhas corporativas que construíram e ainda mantêm sistema de insuportáveis privilégios, à custa do bem comum. Não pode arrogar-se democrático o Estado que tem dois títulos de cidadania; um, de primeira classe, conferido aos esper-

tos, e outro, de segunda categoria, reservado aos ingênuos e honrados, que confiam na igualdade constitucional dos direitos”, disse o Presidente.

Para corrigir essa “anomalia”, Itamar determinou o “exame das normas e leis” que a autorizaram e pretende sugerir ao Congresso medidas corretivas. “Sei dos limites temporais de meu mandato, mas estou também certo de que não podemos mais adiar o resgate de uma dívida social contraída pelas elites do passado e agravada pela irresponsabilidade das elites contemporâneas”, afirmou.

Só uma centena de parlamentares compareceu à solenidade de início do ano legislativo, a maioria senadores. Na Câmara, está havendo uma espécie de recesso branco depois da convocação extraordinária. Até março, haverá sessões sem votações, para que os deputados descansem dos trabalhos extraordinários de um mês. A maioria dos deputados já deixou Brasília para o Carnaval.